Os ministérios na Igreja

MARIANO WEIZENMANN¹

Resumo: Uma Igreja que não tivesse ministérios, Igreja não seria. Os ministérios na e da Igreja emergem do seu ser e destinam-se à sua missão. O presente estudo visa colocar em diálogo as ricas inspirações da história eclesial e as prementes necessidades da evangelização atual. Mais do que o apreço pelo passado, move-nos a preocupação com o presente. Se a história é mestra da vida (Cícero: "Historia magistra vitae") é esta que precede àquela e lhe dá sentido. Isso é altamente verdadeiro para a vida e os ministérios eclesiais.

Palavras-chave: Ministérios, Igreja, História eclesial, Teologia.

Riassunto: Una Chiesa senza ministeri non sarebbe vera Chiesa. I ministeri della Chiesa ed in essa emergono dal suo essere e mirano alla sua missione. Questo studio punta a far dialogare le ricche ispirazioni della storia con le prementi necessità dell'odierna evangelizzazione. Più che apprezzare il passato ci muove la preoccupazione con il presente. Se la storia è maestra della vita (Cicero: "Historia magistra

1. Mestrado em Teologia Bíblia e doutorado em Teologia Sistemática, pela PUG de Roma; professor na área bíblica e sistemática na Faculdade Dehoniana de Taubaté/SP; assessor para formação bíblica, sistemática e pastoral.

vitae”) è la vita a precedere la storia e darle un senso. Ciò è proprio vero per la vita e per i ministeri ecclesiali.

Parole chiave: Ministeri, Chiesa, Storia ecclesiale, Teologia.

Introdução

Depois de um período de adequação o pós-Concílio assistiu a um entusiasmo eclesial contagiante. Hastearam-se bandeiras promissoras e alvissareiras, esperava-se novo tempo de igrejas cheias, assembleias animadas, ministerialidade renovada e criativa, envolvimento de todos os fiéis na celebração e na evangelização. Falava-se muito de Igreja toda ministerial. Com o passar do tempo, seja pelo cansaço seja pelas intervenções das autoridades eclesiásticas, o clima eclesial está mais acomodado e menos animado.

No presente estudo resolvemos revisitar as experiências da comunidade cristã, ao longo da história, a fim de apreciar o modo como organizou seus ministérios. Começamos com a comunidade das origens, tanto para entender sua situação quanto para beber dela inspiração. Há dois dados curiosos e paradoxais que nos interpelam. Primeiro, hoje enfrentamos sérias dificuldades para evangelizar o complexo mundo urbano. Foi justamente neste meio em que as primeiras comunidades demonstraram seu vigor e sua criatividade. Segundo, atualmente buscamos adequar os ministérios da Igreja para que atendam às múltiplas demandas pastorais existentes, mas fazemo-lo com um quadro ministerial previamente definido e fechado. Agiam diferentemente as comunidades das origens, pois sabiam ler as necessidades e criavam os ministérios que as atendessem.

Portanto, nada mais oportuno do que reaprender com quem soube aprender. Nossos bispos fizeram-no entender na 5ª Conferência do Episcopado Latino Americano, em Aparecida:

A Igreja em seu início se formou nas grandes cidades de seu tempo e se serviu delas para se propagar. Por isso, podemos realizar com alegria e coragem a evangelização da cidade atual. Diante da nova realidade novas experiências se realizam na Igreja, tais como a renovação das paróquias, setorização, novos ministérios, novas as-

sociedades, grupos, comunidades e movimentos. Mas se percebem atitudes de medo em relação à pastoral urbana; tendência a se fechar nos métodos antigos e de tomar uma atitude de defesa diante da nova cultura, com sentimentos de impotência diante das grandes dificuldades das cidades².

Delineado nosso objetivo, desenvolveremos a reflexão em dois capítulos, cada qual desdobrado em duas partes. No primeiro capítulo apreciaremos o processo percorrido para que a comunidade ministerial e carismática se transformasse em comunidade de desiguais. Iniciaremos considerando a pluralidade de ministérios do Novo Testamento para, em seguida, apresentar a evolução histórico-teológica da Igreja que delimitou drasticamente os ministérios.

A teologia dos ministérios que emergiu do Concílio Vaticano II é que oferecerá elementos para o segundo capítulo. Desta feita partiremos da fundamentação teológica da ministerialidade conciliar e concluiremos com o processo renovador dos ministérios.

1. Da comunidade ministerial e carismática à comunidade de desiguais

1.1. A pluralidade ministerial do Novo Testamento

Além de Pedro e dos Onze, a comunidade cristã não recebeu nenhum ministério específico de Jesus histórico. Ainda assim, o Novo Testamento testemunha incontestemente participação ativa e multiforme de serviços ao interno da comunidade cristã. Parece que a Igreja se tenha permitido os ministérios, de acordo com suas necessidades (cf. At 6,1-6), sendo que os escopos a serem atingidos determinavam os 'ministérios'³. Na sua explicitação ministerial, a Igreja é conduzida pelo Espírito Santo, simultaneamente seu princípio de unidade (cf. 1Cor 12,4-7) e de multiplicidade.

Esta sequência paulina é suscetível de ser invertida para perceber que a diversidade de capacidades, de qualidades, de ca-

2. DAp 513.

3. Cf. Yves CONGAR, *Ministeri e comunione ecclesiale*, 1973, p. 31.

racteres, de aptidões, de vocações, de profissões e ofícios (*energumata*) se torna como que a base antropológica que procede de Deus Pai Criador (*Theos*), sobre a qual se funda a diversidade de ministérios (*diakonia*), por força do Cristo Senhor (*Kyrios*) e nos quais se concretiza e visualiza a diversidade de dons particulares ou graças especiais (*charismata*) que procedem gratuita e misericordiosamente do Espírito (*Pneuma*) para o proveito comunitário, ad utilitatem, e construção ou edificação da comunidade Igreja⁴.

Na pressuposição de que não exista comunidade eclesial sem sacerdotes ou dirigentes⁵, é o Espírito o autor e doador dos carismas, que distribui as diversas tarefas com as respectivas graças. O Espírito é dado a todos os discípulos (At 2,1), mesmo porque aos discípulos todos o Senhor confiara a missão (cf. At 1,8). Por isso cada qual, segundo o próprio dom, é chamado a participar ativamente da construção do Corpo de Cristo (cf. 1Cor 12,7; Ef 4,12), a viver segundo a graça recebida, colocando-a a serviço de todos (cf. 1Pd 4,10).

Tal diversidade não anula, mas incentiva e organiza a ação de conjunto: “Ele é que concedeu a uns ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e mestres, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo [...]” (Ef 4,11-12). Todos os dons, carismas e ministérios são para construir, edificar, levantar e fazer crescer o Corpo de Cristo que é a Igreja; são para proveito e benefício da comunidade (cf. 1Cor 12,7; 14). Se nos reportamos à comunidade apostólica, para conhecer-lhe a organização ministerial, é porque ela é determinante e configuradora da identidade eclesial. Justamente nesta comunidade prototípica é que se verifica a multiplicidade de serviços e a participação ativa de todos, inclusive fundamentada cristológica, pneumatológica e eclesiologicamente. Origina-se, pois, genuína comunidade servidora, carismática e missionária⁶.

4. Alberto PARRA, *Os ministérios na Igreja dos pobres*, 1991, p. 106-107.

5. Cf. JERÔNIMO. *Dialogus contra luciferianos*. Turnholti: Typographi Brepolis editores Pontificii, 1969 (PL 23).

6. Cf. F.-A. PASTOR, *Comunidad y ministerios en el periodo neotestamentario*, in *Sal Terrae* 62 (1974), p. 3-9.

Ainda que se imponha uma distinção entre os períodos apostólico e pós-apostólico, restringimo-nos à visão ministerial de conjunto que os escritos neotestamentários nos apresentam. O Novo Testamento oferece amplas e diversas, mas fragmentárias, informações acerca dos carismas e ministérios. O ponto de partida é a vida e a obra de Jesus, em base às quais o Espírito guia a expansão missionária, a evolução doutrinal e o surgimento de carismas e ministérios nas comunidades. Nos primeiros escritos do NT (cartas paulinas) sobressai, efetivamente, a tríade apóstolos-profetas-doutores, possivelmente originada de tradição anterior a Paulo e continuada depois dele (cf. 1Cor 12,28; Ef 2,20; 3,5; 4,11; At 13,1; 2Tm 1,11; Ap 18,20).

Nesta fase ainda predomina a flexibilidade, espontaneidade e liberdade que não nos permitem falar de rigorosa distinção entre carismas e ministérios, nem entre serviços estáveis e transitórios⁷. Constatam-se ações ou funções exercidas por pessoas ao interno da comunidade. Ela tem consciência de assumir aquelas formas de serviços requeridas para o cumprimento de sua missão. Os ministérios têm origem nos dons e carismas que o Espírito suscita para o bem comum e a edificação: “É o único e mesmo Espírito que tudo realiza, distribuindo a cada um o seus dons, conforme lhe apraz” (1Cor 12,11; cf. Hb 2,4). Há atividades ocasionais e espontâneas e outras permanentes, com suas normas e tradições (cf. 1Cor 12, 28-30, 4-11). “E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, doutores... Vêm a seguir os dons dos milagres, das curas, da assistência, do governo e o de falar diversas línguas” (1Cor 12, 28).

Existe unanimidade neotestamentária quanto à existência do ministério da autoridade de direção e guia na comunidade. Mas afirma-se igualmente a corresponsabilidade ministerial na missão da Igreja. Na comunidade de Jerusalém, a atenção incide imediatamente sobre os Doze, as “colunas” do novo Povo de Deus e sinal do novo Israel que, originariamente, haviam assumido toda direção e administração da comunidade. No entender de Paulo, a qualificação apostólica está conectada à revelação de Cristo Ressuscitado (cf. At 9,1-6; Gl 1,15-16), ao passo que para Lucas os apóstolos

7. Cf. Juan Antonio ESTRADA DÍAZ, *La identidad de los laicos*, 1990, p. 237.

são, também, testemunhas da vida do Jesus histórico (cf. At 1,21). Apóstolos são ainda Paulo e Barnabé que a comunidade antioqueña envia em missão (cf. At 13,2). Trata-se de missionários itinerantes, pregadores que dão início às comunidades e têm indiscutível autoridade comunitária como Paulo e as “colunas”, que pregam e desenvolvem a missão recebida de Jesus ou da Tradição. Exercem uma função constitutiva da comunidade e a sua doutrina lhe é normativa. Apóstolos são, igualmente, os colaboradores diretos (cf. Gl 1,9; Rm 16,7; 1Cor 4,9; 9,2-6; 2Cor 8,23; Fl 2,25) e até outros missionários (cf. Rm 16,7; 2Cor 8,23; 11,5; 12,1; Fl 2,25).

Em auxílio dos apóstolos surge a instituição dos Sete que, além da assistência às viúvas e aos órfãos e do serviço à mesa, pregam o evangelho (cf. At 6,1-8, 8,4-8.26-40) e dirigem a comunidade. A mesma comunidade de Jerusalém conhece também os anciãos ou presbíteros (cf. At 15,6.22), ao passo que a antioqueña é servida por profetas e doutores (cf. At 13,1). Os profetas, sob inspiração de Deus, intervêm no culto e na oração; os doutores dedicam-se ao ensino. Figura sempre mais notória é a dos pastores, com bom fundamento na ideia de “pastoreio” dos evangelhos. “Estai atentos a vós mesmos e a todo o rebanho: nele o Espírito Santo vos constituiu guardiães, para apascentar a Igreja de Deus, que ele adquiriu para si pelo sangue do seu próprio Filho” (At 20,28; cf. 1Pd 5,2-4; Cartas pastorais e Ef 4,11). São guias (Hb 13,17), supervisores ou *ἐπίσκοποι/episkopoi* (cf. At 20,28).

A difusão de falsos profetas e falsas doutrinas, além de pastores indignos, solicitam maior cuidado da questão ministerial (cf. 1Tm e Tt)⁸. Existem indícios seguros de que nas diversas comunidades a organização respeitava critérios diferentes, adaptados ao modelo social greco-romano (cf. 1Ts 5,12-13; Rm 16; Fl 1,1), como o atesta Paulo. A mais ampla visão carismático-ministerial emerge, embora não exclusivamente, de 1Cor. Não há uma rígida distinção entre carismas e ministérios. O certo é que os carismas do Espírito são a base dos ministérios. Assim, a multiplicidade dos carismas é indicação para a profusão ministerial. O desaparecimento dos apóstolos, as hostilidades judias e as perseguições romanas, a expansão missio-

8. Cf. Alberto ANTONIAZZI, *Os ministérios na Igreja, hoje*, 1975, p. 12. 14-15.

nária e a adaptação às novas realidades desenvolvem outras formas ministeriais. Aos poucos processa-se a institucionalização que privilegia os *ἐπίσκοποι/epískopoi* e *διάκονοι/diákonos* nas comunidades helenistas, e os *πρεσβύτεροι/presbíteros* nas judeu-cristãs.

Por certo não podemos uniformizar essas estruturas. Se as Cartas Pastorais e os Atos dos Apóstolos tendem à gradativa estruturação, o “corpus joanino” dá preferência à liberdade carismática, numa eclesiologia pneumatológica, no processo organizador da Igreja. Neste contexto começa-se a desenvolver a ideia da apostolicidade e da sucessão apostólica⁹.

Retomemos, todavia, o discurso ministerial neotestamentário como um todo. Podemos compor um elenco aproximativo dos carismas e ministérios, privilegiando as comunidades paulinas, uma vez que são elas a nos oferecerem as informações mais profundas:

a) Em 1Cor 12,4-11 podem ser constatadas palavras de sabedoria e de ciência para exposição de verdades mais profundas; fé em grau exímio; dom de cura e dom de milagres; profecia, pregação em contexto litúrgico; discernimento de espíritos; diversidade de línguas e dom de interpretação;

b) 1Cor 12,28-30 revela a presença de apóstolos (enviados, missionários, fundadores de comunidades), profetas, pregadores, mestres, portadores do poder de milagres, do dom da cura, da assistência caritativa, de governo, administração e direção;

c) O dom da profecia, do ministério, do ensino, da exortação, da partilha, da presidência, e da prática da caridade transparecem em Rm 12,6-8;

9. Cf. Juan Antonio ESTRADA DÍAZ, *La identidad de los laicos*, 1990, p. 239-240. Apostolicidade e sucessão apostólica são temas de atualidade e relevância no diálogo ecumênico. Sob ótica católica podemos individuar duas posturas a respeito: Schillebeeckx e Grelot. Este se caracteriza por reduzir demasiadamente ambos os conceitos, ao passo que o primeiro os amplia generosamente. Para conhecê-los veja-se SCHILLEBEECKX, E. *El ministerio eclesial*. Madrid: Crisandad, 1983 e SCHILLEBEECKX, E. *Christliche Identität und Kirchliches Amt*. Düsseldorf: Patmos 1985; GRELOT, P. *Églises et ministère*. Paris: Cerf 1983. Certamente o teólogo mais autorizado para discorrer sobre o sentido e a evolução amplos da apostolicidade é CONGAR, Y. *Ministères et communion ecclésiale*. Paris: Cerf, 1971 (Valemo-nos da tradução italiana: CONGAR, Y. *Ministeri e comunione ecclesiale*. Bologna: EDB, 1973).

d) Ef 4,11-13 elenca os apóstolos, evangelizadores, pastores e mestres “para o aperfeiçoamento dos santos, para a honra do ministério, na edificação do corpo de Cristo” (v. 12);

e) O próprio Paulo estabelece responsáveis nas comunidades, quais episcopos e presbíteros (cf. Fl 1,1; 1Tm 3,1-17; Tt 1,5-9), dedicados à cura pastoral (*episkopêin*: olhar, vigiar, observar), constituídos pelo Espírito para pastorear a Igreja (cf. At 20,28; 1Pd 5,1-4), tendo como modelo Jesus Cristo, Supremo Pastor e Bispo de nossas almas (cf. 1Pd 2,25; Hb 13,20; Jo 10,10b-11);

f) Anciãos-presbíteros, vistos como tais menos pela idade do que pela sabedoria evangélica e conduta exemplar (cf. 1Tm 4,12; 5,17), estabelecidos por Paulo e Barnabé em todas as Igrejas (cf. At 14,23). Também Tito recebeu a incumbência de nomeá-los (cf. Tt 1,5);

g) Diáconos (ministros, servidores), cuja instituição é testemunhada em At 6, 1-7 e reconhecida em Fl 1,1, com suas qualidades especificadas em 1Tm 3,8-13.

Mesmo que não raro venham elencados indiscriminadamente, pode-se individuar múltipla passagem de carismas a ministérios (numa conjugação de 1Cor 12,28-30 e Ef 4,11-13 com Rm 12,5-8): do carisma de apóstolo (aqui não significa os Doze) ao ministério de serviço missionário; do carisma de profeta ao ministério de pregação; do carisma de evangelizador ao ministério de ensino; do carisma de mestre ao ministério de exortação; do carisma de pastor ao ministério de subsidiariedade; do carisma de assistência ao ministério de misericórdia; do carisma de governo ao ministério de presidência. Os dois sempre são correlativos, pois o carisma sem o ministério não seria para a utilidade comum e o ministério sem o carisma, dom do Espírito, reduzir-se-ia a mero funcionalismo sociológico.

Logo, ao dom interno da graça (carisma) corresponde uma função externa de serviço (ministério)¹⁰. Associamos a esta série de reflexões ministeriais uma específica alusão ao ministério petrino. Preposto a todos os ministérios, está o particular serviço eclesial de Pedro que, por dom do Pai, confessa Jesus Cristo Salvador e sobre cuja rocha é construída a Igreja (cf. Mt 16, 16-19). Esta concep-

10. Cf. Alberto PARRA, *Os ministérios na Igreja dos pobres*, 1991, p. 111.

ção dos ministérios harmoniza-se perfeitamente com a imagem do corpo, empregada por Paulo para discursar sobre a Igreja. Todas as partes e funções do mesmo são indispensáveis para o funcionamento do todo, estão a serviço do todo, existem em função dele. Neste contexto, o mais importante e imprescindível é o amor que é perene (cf. 1Cor 12,31; 13), fundamento inamovível de dignidade, fraternidade e igualdade no Corpo de Cristo, ao qual carismas e ministérios devem estar submetidos. O critério decisivo, na “edificação da Igreja”, portanto, para avaliar os carismas, insiste Paulo, é o amor (cf. 1Cor 14,5.12.22.26). A finalidade funcional dos carismas e ministérios é o bem comum e a edificação da comunidade eclesial, toda corresponsável pelas decisões e pela missão. O modelo por excelência para o exercício do ministério, enfim, é o próprio Senhor Jesus, que “não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida” (Mc 10, 45).

À guisa de conclusão impõem-se algumas constatações: os ministérios são dons do Espírito para continuar a diaconia de Cristo no Povo de Deus (nascem das necessidades comunitárias, da fidelidade a Jesus Cristo e da inspiração do Paráclito); os textos neotestamentários não opõem carisma e ministério, que se completam e estão a serviço da comunidade; os ministérios fazem parte da estrutura fundamental da Igreja, destinam-se a construir a comunhão eclesial (ao interno) e endereçam-se à missão da Igreja (ao externo).

1.2. Evolução histórico-teológica dos ministérios

A redução e gradativa apropriação dos ministérios por parte da hierarquia deve-se à evolução que, historicamente, tem sua razão de ser no contexto da virulência gnóstica. A cristalização do processo, porém (que fez da grande maioria dos fiéis os não-sacerdotes, não-consagrados, não-ungidos, não-celebrantes, não-destinados ao culto, não-deliberantes e não-docentes), não pode receber o “placet” de uma sã eclesiologia de comunhão, emergida da Igreja apostólica. Há que se considerar a condicionante heresia gnóstica que explodiu vigorosa no século II, minando a autêntica concepção cristã da fé, substituindo-a por uma intelectualista aceitação da

γνώσις/gnôsis. Hipólito Romano, Tertuliano e Ireneu de Lião tornaram-se os mais expressivos defensores da ortodoxia apostólica. Contudo, da ênfase do episcopado passou-se, depois, à desconsideração dos demais carismas e ministérios. Aconteceu

uma concentração da missão de Cristo e dos apóstolos nos bispos e um empobrecimento da missão comunitária total; um reforçamento da autoridade em matéria de interpretação e ensinamento, mas também um esvaziamento da dimensão profética da comunidade orgânica; uma talvez necessária fixação do bispo como princípio visível de unidade, mas também um escurecimento da comunidade como polo, também essencial da própria unidade. O impacto das heresias em comunidades relativamente fracas fez com que o episcopado monárquico começasse a brilhar com luz própria e a atuar com prerrogativas plenas e absolutas¹¹.

Em decorrência disso, a diferenciação no Povo de Deus passou do polo comunidade-ministérios ao de sacerdócio-laicato. A convergência de carismas, e mesmo ministérios, numa pessoa é possível. Pelo que nos consta, Paulo é disso exemplo. Mas isso não justifica o monopólio ministerial que se instaurou mais tarde. Retomando a imagem ou analogia paulina do corpo, seria monstruoso pretendê-lo apenas olho, por exemplo.

A partir do século II constata-se uma dupla evolução: os ministros ordenados acumulam funções que antes outras pessoas exerciam e se dá crescente controle dos bispos, presbíteros e diáconos sobre os leigos e as tarefas por eles desempenhadas. Incide-se, portanto, numa clericalização dos ministérios e correspondente concentração da ministerialidade eclesial. Na Carta de Clemente Romano e do Pastor de Hermas são presbíteros vitalícios os pastores, com funções de governo e culto, além dos profetas dedicados ao ensino. As Cartas de Inácio de Antioquia exaltam a figura do bispo, coadjuvado por presbíteros e mencionam os diáconos¹².

11. *Idem*, p. 60.

12. Cf. Alberto ANTONIAZZI, *Os ministérios na Igreja, hoje*, 1975, p. 16. A contemporânea *Carta de Policarpo* testemunha igual ministério triforme.

O gradual desaparecimento dos demais ministérios acabou por estabelecer a triforme estrutura hierárquica, que dominará o cenário eclesial por longos séculos. A exortativa *Carta de Clemente Romano aos Coríntios*¹³ quer-nos parecer uma teologização dos ministérios nos moldes vétero-testamentários. Cristo assume e perpetua o sacerdócio levítico, bem como a realeza de Judá, unindo a dignidade sacerdotal e régia e os poderes religioso e civil (cf. 32,2). Em Cristo, Pontífice e Sumo Sacerdote concentram-se, pois, o poder dos sacerdotes e o dos príncipes (cf. 36,1; 63,1). Daí porque, o sacerdócio cristão ter assumido a regulamentação antiga concernente aos sacrifícios, tempos, lugares e pessoas litúrgicos (cf. 40,1-4; 41,1-4) e a gradação hierárquica ter se concentrado na tríade pontífices-sacerdotes-diáconos (cf. 40,2-3). Os não sacerdotes, por sua vez, são regidos por estatutos próprios dos leigos, com seus respectivos ofícios (cf. 40,5). Esta concepção ministerial teve aceitação, sobretudo dada à estatura moral de seu autor, a ponto de o *Canon Alexandrino* incluir o escrito entre os livros inspirados¹⁴.

A magistral obra de Ireneu, *Contra Haereses*¹⁵, embora seu escopo fosse o de apresentar ampla resenha das heresias dos dois primeiros séculos da nossa era e contrapor-lhes a consistente ortodoxia cristã, acaba por favorecer a “sacerdotalização” ministerial da Igreja. Na leitura tipológica de suas demonstrações, Ireneu procura evidenciar a correspondência entre fatos e ditos do Antigo e do Novo Testamento, não excetuando nesse processo esclarecedor a questão dos ministérios. Assim, Cristo procede, segundo a carne, de Levi e de Judá (sacerdote e rei) e os apóstolos são sacerdotes, correspondentemente aos da antiga aliança, com a função de servir o altar. É notável o influxo de Ireneu no desenvolvimento posterior da cristologia, eclesiologia e teologia dos ministérios, devido à profundidade teológica de sua obra. De fato

Desde as cartas pastorais a Ireneu de Lião, em fins do II século, há um progressivo desenvolvimento da sucessão apostólica

13. CLEMENTE ROMANO. *Carta aos Coríntios*. Petrópolis: Vozes, 1973.

14. Cf. Alberto PARRA, *Os ministérios na Igreja dos pobres*, 1991, p. 145.

15. IRENEU. *Contra haereses*. Paris: Les Éditiones du CERF, 1965 (*Sources Chrétiennes* 100-101).

como sucessão doutrinai e ministerial que busca assegurar o “depósito” do ensinamento apostólico. Em contrapartida, não se fala de uma sucessão dos profetas como nos gnósticos. Melhor dito, esta sucessão dos profetas se coloca em conexão com os bispos, que são os que recebem o Espírito e os que se podem chamar “ungidos” por antonomásia como resultado da consagração episcopal... Assim convergem os carismas de apóstolos e profetas nas mesmas pessoas, mesmo que estivessem diferenciados segundo a compreensão do Novo Testamento¹⁶.

Outra obra influenciadora da estruturação dos ministérios é a prático-litúrgica *Tradição Apostólica*¹⁷ de Hipólito Romano. Em síntese, sendo a Igreja um povo regido por príncipes que são sacerdotes e sacerdotes que são príncipes, cabe aos bispos, auxiliados por presbíteros e diáconos, conduzi-la. Jesus comunicou aos apóstolos o espírito régio-sacerdotal próprio dos reis e sacerdotes do Antigo Testamento. E, como tais, os apóstolos fundaram as Igrejas, como novo santuário. O bispo, pois, príncipe e sumo sacerdote, oferece os sacrifícios e determina os ofícios, participando sua qualidade régia e sacerdotal ao presbítero, mediante a ordenação. O diácono, por sua vez, não é ordenado no sacerdócio, mas tem o ministério específico de servir o bispo, ao passo que aos leigos não se impõe as mãos. Em âmbito ministerial, Hipólito transpõe literalmente as ordens sacerdotais do Antigo ao Novo Testamento¹⁸.

A assunção da imagem vétero-testamentária de Povo de Deus é muito apta para o novo Povo de Deus, contanto que se evidencie a superação e a novidade instauradas por Cristo. Desatendendo esta novidade radical, acaba-se por retomar esquemas e “teologizações” que dificultam a vivência fraterna e de igualdade dos discípulos de Cristo. Consequentemente torna-se automática a projeção pré-cristã sobre a organização ministerial, também ao interno do novo Povo de Deus. Na verdade, as numerosas e fraternas formas ministeriais da Igreja apostólica vêm substituídas pelo modelo do

16. Juan Antonio ESTRADA DÍAZ, *La identidad de los laicos*, 1990, p. 253-254.

17. HIPÓLITO ROMANO. *La Tradition Apostolique*. 2ª ed. Paris: Les Éditiones du CERF, 1968 (*Sources Chrétiennes* 11).

18. Cf. Alberto PARRA, *Os ministérios na Igreja dos pobres*, 1991, p. 149-152.

Antigo Testamento, abolido pela mediação única de Jesus Cristo, testemunhada pela Carta aos Hebreus.

A rica ministerialidade neotestamentária acaba por ser reduzida a três, nos moldes vétero-testamentários: sumo sacerdote-bispo, sacerdote-presbítero, levita-diácono. Concomitantemente, as funções ministeriais centralizaram-se no culto e no sacrifício, de sorte que o Concílio de Trento pode sustentar tal imposição: “O sacrifício e o sacerdócio estão tão unidos, por ordenação de Deus, que em toda lei existiram ambos. Tendo, pois, no Novo Testamento recebido a Igreja Católica, por instituição do Senhor, o santo sacrifício visível da Eucaristia, é preciso confessar que nela também existe um novo sacerdócio visível e externo, ao qual foi transladado o antigo”¹⁹.

Esta “emborcação” ministerial receberá o aval do gênio tomista que arquiteta magistralmente a superioridade da ordem (na sua potência ativa de dar os sacramentos) sobre o batismo (potenciado passivamente a receber os demais sacramentos), da vocação clerical-religiosa sobre a leiga²⁰. O que se fez, foi proceder a uma leitura e interpretação de ministro e ministério com categorias sacerdotais vétero-testamentárias, que foi bem mais do que uma *quaestio de nomine*, para tomar-se profunda assunção de modelos antigos, quer reduzindo a ampla gama de ministérios do Novo Testamento quer transferindo para os ministros eclesiais os ofícios e funções caracterizantes do Antigo Testamento.

Sem dúvida, singular elemento para determinar a convergência dos carismas na autoridade dos ministros, em detrimento da autonomia e funções dos fiéis em geral, deve ser buscado no dinamismo inculturador do cristianismo. A Igreja vive na sociedade e se organiza nos moldes estruturais vigentes. Integra-se na cultura e lhe assume as instituições e normas sociais que não contradigam a fé. Daí se pode compreender a progressiva assimilação do modelo de autoridade patriarcal, hierárquica e vertical em voga na sociedade romana, especialmente em nível familiar. Em todos os casos, do Concílio de Calcedônia (451) é ainda possível uma dupla verifica-

19. CONCÍLIO DE TRENTO, *Doctrina de sacramento ordinis*, in H. DENZINGER; A. SCHÖNMETZER, *Enchiridion Symbolorum. Definitionum et Declarationum de Rebus et Morum*, MCMLXXVI, n. 957 (Sessio XXIII).

20. TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, IIa, IIae, q. 184, a.6.

ção: a existência de uma série de ministérios, tais como os de bispo, presbítero, diácono, subdiácono, acólito, exorcista, leitor, hostiário, salmista ou cantor, virgens e viúvas; a decisão de que uma ordenação só é válida se o candidato está vinculado a uma comunidade²¹.

As subseqüentes alterações evolutivas do ministério na Igreja mantiveram-se, geralmente, nessa mesma linha, com acentuações ligeiramente diversas de acordo com as épocas. Os bispos acabam por concentrar os ministérios derivados dos apóstolos, profetas e mestres, unidos a eles os presbíteros na consecução dessa ampla tarefa. O bispo é, portanto, o presidente da comunidade e cabeça do presbitério; o colégio presbiteral assume a função pastoral e doutrinária; os diáconos constituem um grupo muito vinculado ao bispo, empenhado na assistência material, caritativa e litúrgica da comunidade. Se até a metade do século IV cada ordem tinha função particular e autônoma, a partir de então vai se instaurando a graduação também em termos honoríficos. Paralelamente, os remanescentes serviços laicais convertem-se em graus (“ordens menores”) de acesso ao clero. Efetua-se, assim, a institucionalização dos ministérios e a exclusão dos leigos do exercício da ministerialidade eclesial.

Diversas iniciativas renovadoras procedentes do protagonismo monacal acabaram por inserir-se no esquema vigente com a “sacerdotalização” dos monges. A historicamente significativa reforma gregoriana, devido à problemática da época, acabou por favorecer o monopólio do clero em assuntos intraeclesiais, relegando os leigos ao “profano”. Em termos de laicato podemos lembrar os ministérios esporádicos do príncipe e defensor da época medieval, os movimentos leigos de pregação e ensino, os teólogos leigos da baixa Idade Média e da contra-reforma, os apologetas modernos, as ordens terceiras, as congregações leigas. Contudo, tais atividades não foram reconhecidas como constitutivas da ministerialidade eclesial. Indiscutível realidade é que o unilateral acento ao ministério de governo obnubilou a função evangelizadora e profética. Reduziu-se, progressivamente, o conceito de ministério a uma con-

21. CONCÍLIO DE CALCEDÔNIA in H. DENZINGER; A. SCHÖNMEITZER, *Enchiridion Symbolorum. Definitionum et Declarationum de Rebus et Morum*, MCMLXXVI, n. 326-329.

cepção hierárquica e sacramental²².

A reforma protestante investiu com veementes críticas contra a situação da época. A tentativa revitalizadora de Trento concentrou-se teológica e disciplinarmente na restauração do ministério ordenado a fim de que fosse de fato “*ut castrorum acies ordinata*”²³. Foi, contudo, uma solução parcial, uma vez que se restringiu à renovação do clero, deixando o laicato no olvido. Trento confirmou o bipolar ministério ordenado dos bispos e presbíteros e, em vista do presbitério o diaconato, impostando suas reflexões sobre o sacrifício da missa e o sacramento da ordem (respectivamente, 22a e 23a sessões)²⁴. As ordens menores do hostiariado, leitorado, exorcistado, acolitato e subdiaconato, passaram a ser etapas às ordens maiores²⁵.

O multissecular e silencioso aprofundamento e a maturação dos ministérios leigos desabrocharam, enfim, no evento conciliar do Vaticano II. A partir da sua eclesiologia é deduzível uma forma renovada de compreender os ministérios, genuinamente evangélica e tradicional, sob a dupla inspiração do retorno às fontes e de atenção aos sinais dos tempos (*signa temporum*).

2. Teologia dos ministérios leigos, a partir do Vaticano II

2.1. *Fundamentação teológica da ministerialidade conciliar*

Recordemos que a missão da Igreja lhe vem de Cristo. Fiel ao seu Senhor, ela continua a missão dele recebida: “Como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 20,21). “Quem vos recebe, a mim recebe, e quem me recebe, recebe aquele que me enviou” (Mt 10, 40). Jesus entende sua missão como serviço, pois veio para servir e dar a vida (cf. Mt 20,28; Mc 10,45); está no meio dos seus

22. Cf. CNBB, Ministérios numa Igreja particular, in SEDOC 9 (1976/77), p. 1037.

23. DS 960.

24. Cf. DS 937-968.

25. Cf. DS 958.

como aquele que serve (cf. Lc 22,27); no lava-pés assumiu simbolicamente toda sua missão qual serviço (cf. Jo 13,4-16; Fl 2, 6-8). O mesmo Espírito que conduziu Jesus e que ele deu à Igreja, convoca e reúne seu povo para viver em comunidade, conforme o carisma e a missão de cada qual. Assim, o apostolado dos leigos, decorrente de sua vocação cristã, nunca pode faltar na Igreja, uma vez que eles participam ativamente na sua vida e missão.

Esta diakonia (diakonein = servir; doulein = fazer-se servo) foi traduzida para o latim com ministério. A inteira Igreja a serviço de Cristo é, portanto, comunidade ministerial e corresponsável. A comprovação da autenticidade evangélica da Igreja consiste no seu estar inteiramente voltada para o serviço, toda ministerial, o que implica fidelidade total a Cristo e, nele, ao homem e à sua história. Significa ainda que todos, na comunidade, assumam seu serviço ou ministério.

O Concílio, além de afirmar a participação dos leigos na tríplice função de Cristo (cf. LG 10-12, 34-36), em força dos sacramentos da iniciação, enfatiza a diversidade carismática (cf. LG 4, 7, 12-13, 32) e a possibilidade do exercício ministerial dos leigos na Igreja (cf. LG 18, 33; AA 10, 12; AG 15). Esta Igreja toda ministerial é enviada para o testemunho da Palavra e do Reino, sendo que em sua missão, os ministérios são serviços concretos e não privilégio ou poder pessoal. Todo carisma, do qual deriva o ministério, é para a edificação da comunidade. Dessa convicção deduzem-se duas consequências: o caráter de serviço que assinala toda função exercida na Igreja de Cristo e o caráter colegial-comunitário dos ministérios.

A mudança vai da acentuação, quando não exclusividade, do ministério clerical à responsabilidade servidora de toda a Igreja. Destarte, os ministérios são situados em relação e em função *do, no e para* o Povo de Deus, relevando a sacerdotalidade-ministerialidade de todos os fiéis²⁶. Em todos os casos, o discurso sobre os ministérios depende do modelo de Igreja que o sustenta. Partindo da eclesiologia (tema central do Concílio) e da doutrina sobre o Povo de Deus (tema central da eclesiologia), o Vaticano II ofereceu várias imagens de Igreja. Da primazia à rica eclesiologia de comunhão são deriváveis diversos modelos de Igreja (às vezes misturados), com sua cor-

26. Cf. Alberto PARRA, *Os ministérios na Igreja dos pobres*, 1991, p. 157.

respondente compreensão e atuação ministerial. Eis porque, “para apascentar e aumentar sempre o Povo de Deus, Cristo Senhor instituiu na sua Igreja uma variedade de ministérios que tendem ao bem de todo o Corpo”²⁷. Pela unção do Espírito todos os fiéis se tornam sacerdócio santo e régio, participantes da missão de todo o Corpo Místico²⁸. Por isso, o apostolado dos leigos, qual delegação que lhes é dada pelo próprio Senhor, enraíza-se no mais profundo do ser sacramental eclesial e é necessário à missão mesma da Igreja²⁹. Embora a especificidade da vocação do leigo o lance no mundo, cabem-lhe também tarefas ao interno da comunidade, mesmo porque ele pode ser chamado de modos diversos à imediata cooperação com o apostolado hierárquico, dado que é apto a assumir determinadas funções eclesiais. Trata-se de funções (munera) estreitamente unidas aos deveres (*officia*) dos pastores³⁰.

Essas tarefas intracomunitárias, derivam da raiz teológico-sacramental do batismo, da confirmação e, para muitos, do matrimônio³¹. Além de obreiros da evangelização no mundo, os leigos atuam ao interno da comunidade, exercendo ministérios diversos, segundo a graça do Senhor. São os ministérios não-ordenados, legitimamente reconhecidos, para garantir especiais serviços na Igreja. Disso deriva que o retorno às fontes, preconizado pelo Concílio, refere-se também à questão ministerial, como benefício que a experiência antiga oferece ao nosso tempo. O recurso às fontes, porém, reclama por uma conjugação à realidade atual da Igreja e do mundo que consinta uma autêntica e eficaz ministerialidade, *ad utilitatem* da comunidade inteira. A melhor organização ministerial, destarte, será a que melhor envolver responsabilmente toda a comunidade para a missão. A comunhão interna se traduz em *διακονία*/diakonia, cujo princípio configurador não é privilégio ou poder, mas *kénosis* (cf. Fl 2,6-8; 2Cor 8,9) no seguimento de Jesus, para a solidariedade e missão eclesial no mundo. O apostolado, e nele os mi-

27. LG 18.

28. Cf. PO 2.

29. Cf. AA 1-3.

30. Cf. LG 33.

31. Cf. ChL 23.

nistérios, é “sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo”³². Por isso, a vocação, a missão e os ministérios dos leigos têm sentido somente numa eclesiologia de comunhão.

Agora demos acento aos ministérios que viabilizam a missão da Igreja, posto que existem na Igreja muitos serviços, mas uma única missão. Em seu caminhar histórico, a Igreja privilegiou a missão dos Doze para fundamentar o papel de bispos e presbíteros, em detrimento do discipulado em sentido amplo. Este, no entanto, é genuinamente evangélico e atestado em profusão. Os discípulos todos são companheiros de Jesus, seguem-no e com ele comem (cf. Mt 8,23; 9,10), repartem o pão à multidão e lhes são dados a conhecer os mistérios do Reino (cf. Mt 13,11). Todos são convidados ao seguimento, que envolve cruz e renúncia (cf. Mt 8,19-22). Todos os discípulos devem assemelhar-se ao Mestre dando, como ele, a vida pelos irmãos (cf. Mt 10,24; 16,24-26). Os discípulos são os irmãos (cf. At 11,12; 12,17; 21,17) de número elevado, verdadeira multidão de homens e mulheres (cf. At 5,14). A base da comunidade fraterna do Povo de Deus é o discipulado, a partir do qual se organizam as tarefas e ministérios, uma vez que as ulteriores diferenças em função dos estados e ofícios têm como base prévia a pertença ao Povo de Deus.

Dado pelo Espírito Santo, o carisma tem em si os sinais de autenticidade, cuja interpretação e acolhimento dependem da comunidade. Assim sendo, a Igreja não cria seus ministérios, mas sabe-os recebidos do Espírito, acolhe-os e discerne as pessoas aptas ao seu exercício. Infundindo um carisma, o Espírito cria também a função ministerial correspondente, para benefício de toda comunidade eclesial. A estrutura ministerial pressupõe os carismas e neles se fundamenta. Os ministérios externam e manifestam os carismas. Se a comunidade elege ou oficializa um candidato não significa que ela lhe outorgue o carisma ou ministério. Ela age, antes, na certeza de que o Espírito já se manifestou no candidato e que atua no processo comunitário de discernimento, reconhecimento e oficialização de um ministério.

A oficialização e a institucionalização efetuam-se, comumente, através da imposição de mãos, ou de uma celebração de reconhe-

32. AA 18.

cimento e envio. Em sentido amplo, ministérios podem ser todas as atividades ao serviço do evangelho e edificação da comunidade. Aqui, todos os fiéis são chamados ao exercício de um ministério ou serviço, posto que a multidão de irmãos que Cristo reuniu na Igreja não constituem uma realidade monolítica. “Eles vivem sua unidade a partir da diversidade com que o Espírito presenteou cada um, diversidade que se deve entender como colaboração prestada à riqueza do todo”³³. Em sentido estrito, ministério é uma tarefa assumida por mandato comunitário e exercida mediante uma ordenação ou instituição, ou ainda, serviços de fato aceitos e reconhecidos. Ele tem valor próprio, para a edificação eclesial. Não é supletivo dos ministérios ordenados, não é concessão da hierarquia, nem é oportunístico suprimento da falta de presbíteros. Os carismas para os ministérios não são privilégio da Igreja primitiva, mas realidade atual (cf. LG 12b), necessitantes de reconhecimento e promoção.

Para possibilitar uma sã reflexão teológica sobre os ministérios foi preciso superar uma eclesiologia unilateralmente cristológica, centrada na instituição e na autoridade hierárquica. Uma eclesiologia de comunhão que completa a dimensão cristológica com a pneumatológica e, por fim, trinitária, é terreno propício para oportunizar e valorizar devidamente os carismas e a participação responsável de toda a comunidade eclesial. O Vaticano II não negou, mas completou a eclesiologia anterior com sua concepção ministerial. Essa mudança eclesiológica e seu respectivo “lugar ministerial” encontra sustentação em numerosos textos conciliares, notadamente da LG, AA, GS e PO. A diversidade de graças, ministérios e funções unifica os filhos de Deus, posto que “tudo isso opera um e o mesmo Espírito” (1Cor 12,11).

A necessária variedade ministerial requer um sempre aprofundado respaldo teológico, clarificador do comum e do específico de cada ministério. A referência aos ministérios ordenados e não-ordenados nos reenvia à questão da diferença essencial entre sacerdócio ministerial (em função do sacramento da ordem) e sacerdócio comum dos fiéis (derivante do sacramento do batismo). O desafio está em conservar a verdadeira ou fundamental igualdade (cf. LG 32c) dos fiéis, sem negar a essencial característica do

33. DP 244.

ministério hierárquico. Esta clareza é indispensável para uma autêntica concepção da ministerialidade eclesial. Com isso em nada vai diminuída a igual dignidade e a necessidade de todos os ministérios, mesmo porque são todos dados pelo Espírito Santo. Daí, a evidência de que os ministérios dos leigos não são supletivos e, por isso mesmo, não deverão ser relegados caso haja ministros ordenados em abundância.

A ministerialidade pertence à estrutura essencial da Igreja. Na vontade do Senhor que lhe dá origem, situa-se a sua dupla dimensão cristológica e pneumatológica: o mistério pascal de Cristo e o dom do Espírito. Segundo nos consta, a correta articulação da cristologia/pneumatologia com ministério/carisma requer uma explicitação. Já se nos obviou que carisma e ministério se completam e mutuamente se reclamam. A contraposição entre um e outro se enraíza na contraposição entre Cristo e Espírito que, porém, uma correta teologia não pode tolerar. A harmonização e correspondência entre ministério e carisma, portanto, implica a redescoberta da absoluta unidade e comunhão entre a obra de Cristo e a do Espírito. Cristo é o dom radical, pleno e definitivo que no Espírito o Pai faz ao mundo (cf. Jo 1,16-17). Jesus é a expressão acabada da pessoa conduzida pelo Espírito, desde a encarnação (cf. Lc 1,35; Mt 1,18.20; Lc 3,22; 4,1.18-19.21) à glorificação, tornando-se Espírito vivificante com a Páscoa (cf. 1Cor 15,45).

A era de Cristo é a era do Espírito em plenitude, fazendo com que Lucas aponte a missão de Cristo como o ápice da ação do Espírito. Jesus Cristo, por sua vez, promete e dá o Espírito (cf. Jo 14,16-17; 20,22). Mas a teologia neotestamentária mostra também Cristo agindo através do Espírito, a ponto de ser o Espírito de Cristo, o Espírito do Filho (cf. Rm 8,9; Gl 4,6). Da inseparabilidade entre Jesus e o Espírito e, conseqüentemente a partir das bases cristológicas e pneumatológicas da eclesiologia, compreende-se melhor o discurso conexo de carisma e ministério, de ministério ordenado e não-ordenado. A era de Cristo e da Igreja, manifesta-se pela manifestação abundante e variada do Espírito, como nas diversas efusões do Espírito (cf. At 2,1-36; 6,8; 8,5-8; 10,44.46; 19,5-6). Os carismas e ministérios serão sempre referidos e definidos em relação a Cristo, ao Espírito e à Igreja. Todos os ministérios são obra do Espírito na Igreja, dom de Cristo à Igreja, para que ela cumpra o

ministério que lhe cabe no desígnio salvífico do Pai³⁴.

O Vaticano II, fiel às origens e aos sinais dos tempos, ensina explicitamente o chamado dos fiéis leigos ao exercício dos ministérios. O Espírito reparte seus dons “a cada um como lhe apraz” (1Cor 12,11) para torná-los aptos e prontos aos vários ofícios para renovação e incremento da Igreja, pois “a cada um é dada a manifestação do Espírito para utilidade comum” (1Cor 12,7). Os leigos participam ativamente na vida e na ação da Igreja: na liturgia, nas obras apostólicas, trazendo de volta os afastados da comunidade, colaborando intensamente na pregação da Palavra (especialmente pela catequese), colocando sua competência à disposição³⁵. O Concílio, portanto, prepara o ambiente para a renovada consciência ministerial na Igreja. O binômio hierarquia-laicato cede lugar à comunidade-carismas e ministérios. Neste âmbito, pelo seu caráter coordenador e por óbvias razões teológicas e históricas, o ministério hierárquico continua a ser responsável para que as comunidades eclesiais sejam realmente ministeriais. Nesse sentido, o ministério ordenado deve ser um ministério de síntese e não a síntese dos ministérios³⁶. A autoridade e a ministerialidade avalizadas pelo consenso comunitário (que não é um critério absoluto) têm mais possibilidades de realizar a comunidade toda ministerial.

Os ministérios leigos manifestam-se como elementos constitutivos da eclesiologia de comunhão do Vaticano II, que entende a Igreja como servidora no mundo. Esta Igreja evangeliza por meio de serviços ou ministérios que se caracterizam como serviço a Deus, à Igreja e aos homens, de forma institucional, carismática e com certa estabilidade.

34. Cf. Antônio J. de ALMEIDA, *Teologia dos ministérios não ordenados na América Latina*, 1989, p. 183-185.

35. Cf. AA 10.

36. Antônio J. de ALMEIDA, *Novos ministérios na Igreja do Brasil*, in *Convergência* 235 (1990), p. 419.

2.2. O processo renovador dos ministérios

O Concílio restaurou o diaconato permanente como grau da hierarquia e permitiu seu exercício a homens casados³⁷. Quanto à ministerialidade, em termos de Vaticano II, precisamos articular nossas reflexões com a carta apostólica *Ministeria Quaedam*³⁸ que definiu a disciplina dos ministérios não-ordenados. Em base a este documento, suprimem-se as ordens menores e surgem, para a Igreja latina, os ministérios de acólito e leitor, conferidos por instituição, acessíveis também a leigos. Dada a sua estreita conexão com os ministérios da Palavra e do Altar são serviços comuns a toda a Igreja. Abre espaços à encarnação do desejo conciliar de que na celebração “cada qual, ministro ou fiel, ao desempenhar a sua função, faça tudo e só aquilo que pela natureza da coisa ou pelas normas litúrgicas lhe compete”³⁹. Um limite inescandível parece ser o de restringir esses ministérios ao espaço do culto litúrgico, quando a experiência diaconal neotestamentária propõe endereço bem mais amplo. Poder-se-á recair em mero nominalismo prático. Basta ver o que realmente acontece, apesar das amplas perspectivas abertas, com acólitos e leitores leigos, bem como com o diaconato existente. O risco é o de que a ministerialidade oficial volte a ser um caminho de etapas dos candidatos ao presbitério que, curiosamente, “têm” o carisma e assumem, necessariamente, um ministério transitório que pouco altera em sua vida. Além disso, segundo venerável tradição da Igreja, são reservados apenas aos varões.

Na linha do Vaticano II, o alcance doutrinal e eclesial do documento situa-se numa perspectiva eclesiológica de comunhão, de sacramentalidade da Igreja, de complementariedade entre sacerdócio comum e ministerial, privilegiando a liturgia como fonte e cume da vida e da atividade da Igreja.

Já as Conferências Episcopais, de acordo com a Santa Sé, poderão instituir novos ministérios que correspondam a reais necessidades das Igrejas locais. Fomenta-se uma resposta à outra solici-

37. Cf. LG 29.

38. Cf. PAULO VI, Carta Apostólica “*Ministeria Quaedam*”, in *AAS LXIV* (1972), p. 529-534.

39. SC 28.

tação conciliar que é a de atender às peculiaridades e necessidades das Igrejas particulares. Além disso, lembremo-nos que os fiéis, de acordo com sua oportunidade, faculdade, carisma e função, em base aos diferentes dons recebidos, devem colaborar na evangelização (cf. AG 28). Para a Igreja no Brasil, valendo-se desse direito reconhecido, trata-se dos ministérios de credenciados. São serviços que o cristão leigo exerce em virtude do batismo, sob a coordenação de seu bispo: ministério extraordinário do Batismo, da Comunhão Eucarística e da assistência ao Matrimônio.

Em meio aos desafios e dificuldades da Igreja em sua missão, o Sínodo sobre a Evangelização (1974) constatou um fenômeno positivo, o da emergência de múltiplos novos ministérios leigos. Esta novidade foi assumida e reconhecida por Paulo VI, na exortação apostólica sobre a evangelização do mundo contemporâneo, *Evangelii Nuntiandi*. À toda a Igreja que é missionária incumbe a tarefa de evangelizar, o que supõe o envolvimento de todos, na diversidade de serviços e unidade de missão: ao papa, aos bispos, aos presbíteros, aos religiosos e aos leigos⁴⁰. Segundo o mesmo documento pontifício são quatro as notas características dos ministérios não-ordenados: supõem uma vocação; consistem numa especial colaboração com os pastores, no serviço da comunidade; são muito diversificados; correspondem à graça e aos carismas.

Sob a motivação do retomo às origens eclesiais e das necessidades atuais, é que se baseiam os ministérios não-ordenados. Estes são, portanto, carismas muito diversificados, assumidos na forma de serviços, na estrutura carismático-ministerial da Igreja. Não possuem o caráter de institucionalidade dos ministérios hierárquicos, mas são dons de relativa permanência, dados pelo Espírito à Igreja de acordo com os momentos históricos e as situações comunitárias. Ampliam-se as possibilidades ministeriais para catequista, animadores de oração e canto, serviço da Palavra, assistência a necessitados, direção de pequenas comunidades e movimentos apostólicos, serviço missionário, além de outros serviços úteis à Igreja e à sociedade. Evidentemente, o *Código de Direito Canônico* recolhe as orientações e práticas oficializadas da Igreja. O cânon 230 resume a questão da colaboração leiga nas celebrações litúrgicas e sacra-

40. Cf. EN 62-62.

mentais. Os *virii laici* têm a faculdade de exercer o ministério estável de leitor e acólito, além de comentador, cantor e outras funções. Em momento algum, porém, se usa a expressão ministérios leigos.

O *Sínodo dos Bispos sobre a vocação e a missão dos Leigos na Igreja e no mundo* representou momento privilegiado para retomar a questão dos ministérios leigos. Sendo a celebração litúrgica uma ação de toda a assembleia, é natural que as funções não próprias dos ministros ordenados sejam exercidas por leigos. Na ausência de um presbítero, o fiel leigo pode até mesmo presidir a celebração da palavra e as orações da liturgia das horas, administrar o batismo, distribuir a eucaristia⁴¹. Considerem-se, além disso, os serviços litúrgicos estáveis de comentaristas, recepcionistas, componentes de coral, equipes de pastoral litúrgica e equipes de celebração. Esta diversidade é um fortalecimento da Igreja como comunidade, enfatizada na ação litúrgica. Realiza-se, desta forma, a Igreja toda ministerial (cf. LG 10-12; AA 2; AG 21; IGMR 58) e a diaconia que é sua vocação, incluindo a participação dos fiéis com gestos, palavras, aclamações, posturas corporais que tomam visível a Igreja em oração e ação. Merecedora de atenção é uma outra forma ministerial leiga, que é a de contribuir na edificação comunitária com seu parecer em dados concernentes ao bem da Igreja, oferecendo o seu conselho, participando na vida eclesial de forma pessoal ou associativa⁴².

Referências

ALMEIDA, Antônio J. de. *Teologia dos ministérios não ordenados na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. *Novos ministérios na Igreja do Brasil*. In *Convergência* 235 (1990), São Paulo, 413-422.

ANTONIAZZI, Alberto. *Os ministérios na Igreja hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

CLEMENTE ROMANO. *Carta aos Coríntios*. Petrópolis: Vozes, 1973.

41. ChL 23.

42. Cf. LG 37.

- CNBB. *Ministérios numa Igreja particular*. In SEDOC 9 (1976/77), Petrópolis, p. 1035-1044.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Apostolicam Actuositatem sobre o apostolado dos leigos*. In AAS LVIII (1966), Città del Vaticano, p. 837-864.
- _____. *Constituição dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja*. In AAS LVII (1965), Città del Vaticano, p. 3-69.
- _____. *Constituição Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia*. In AAS LVI (1964), Città del Vaticano, p. 97-138.
- _____. *Decreto Presbyterorum Ordinis sobre o ministério e a vida dos Presbíteros*. In AAS VIII (1966), Città del Vaticano, p. 991-1002.
- CONGAR, Yves. *Ministeri e comunione ecclesiale*. Bologna: EDB, 1973.
- DENZINGER, H.; SCHÖNMETZGER, A. *Enchiridion Symbolorum. Definitionum et Declarationum de Rebus et Morum*. Editio XXXVI. Barcino-ne-Friburgi Brisgoviae-Romae: Herder, MCMLXXVI.
- ESTRADA DÍAZ, Juan Antonio. *La identidad de los laicos*. Madrid: Ed. Paul, 1990.
- HIPÓLITO ROMANO. *La Tradition Apostolique*. 2ª ed. Paris: Les Éditiones du CERF, 1968 (Sources Chrétiennes 11).
- IRENEU. *Contra haereses*. Paris: Les Éditiones du CERF, 1965 (Sources Chrétiennes 100-101).
- JERÔNIMO. *Dialogus contra luciferianos*. Turnholti: Typographi Brepolis editores Pontificii, 1969 (PL 23).
- JOÃO PAULO II. *Exortação apostólica "Christifideles Laici"*. In AAS LXXXI (1989), Città del Vaticano, p. 393-521.
- PARRA, Alberto. *Os ministérios na Igreja dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PASTOR, F.-A. *Comunidad y ministerios em el periodo neotestamentario*. In *Sal Terrae* 62 (1974), Santander, p. 3-12.
- PAULO VI. *Carta postólica "Ministeria Quaedam"*. In AAS LXIV (1972), Città del Vaticano, p. 529-534.
- _____. *Exortação apostólica "Evangelii Nuntiandi"*. In AAS LXVIII (1976), Città del Vaticano, p. 5-76.
- TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*. 3ª ed. Madrid: BAC, 1964.